

II. PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

LEI DA ESTABILIDADE ORÇAMENTAL

Lei Orgânica n.º 2/2002 Assembleia da República	Lei da estabilidade orçamental - Primeira alteração à Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, segunda alteração à Lei n.º 13/98, de 24 de Fevereiro, e quinta alteração à Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto	I Série A n.º 198 de 28.08.02
--	---	-------------------------------------

CLASSIFICADOR ECONÓMICO DAS RECEITAS E DESPESAS PÚBLICAS

Decreto-Lei n.º 26/2002 Ministério das Finanças	Estabelece o regime jurídico dos códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas, bem como a estrutura das classificações orgânicas aplicáveis aos organismos que integram a administração central	I Série A n.º 38 de 14.02.02
--	--	------------------------------------

ORÇAMENTO DO ESTADO

Lei n.º 109-B/2001 Assembleia da República	Aprova o Orçamento do Estado para 2002	I Série A n.º 298 de 27.12.01 (2.º Supl.)
---	--	--

NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO

Decreto-Lei n.º 23/2002 Ministério das Finanças	Estabelece normas de execução do Orçamento do Estado para 2002	I Série A n.º 27 de 01.02.02
--	--	------------------------------------

SALÁRIO MÍNIMO

Declaração de Rectificação n.º 20-BC/2001 Presidência do Conselho de Ministros	De ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 325/2001, do MTS, que aprova os novos valores do salário mínimo nacional para vigorarem a partir de Janeiro de 2002, publicado no DR. I Série n.º 290, de 17 de Dezembro de 2001	I Série A n.º 290 de 17.12.01 (3.º Supl.)
---	--	--

SISTEMA DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

LEI DE BASES

Lei n.º 32/2002 Assembleia da República	Aprova a nova Lei de Bases da Segurança Social	I Série A n.º 294 de 20.12.02
--	--	-------------------------------------

CONTRIBUIÇÕES

DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES

Decreto-Lei n.º 8-B/2002 Ministério do Trabalho e da Solidariedade	Estabelece normas destinadas a assegurar a inscrição das entidades empregadoras no sistema de solidariedade e segurança social e a gestão, pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, do processo de cobrança e pagamento das contribuições e quotizações devidas à segurança social	I Série A n.º 12 de 15.01.02
---	--	------------------------------------

DÍVIDAS À SEGURANÇA SOCIAL

Decreto-Lei n.º 248-A/2002 Ministério das Finanças	Aprova um regime excepcional de regularização de dívidas fiscais à segurança social	I Série A n.º 263 de 14-11.02
---	---	-------------------------------------

PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES

Decreto-Lei n.º 8-B/2002 Ministério do Trabalho e da Solidariedade	Estabelece normas destinadas a assegurar a inscrição das entidades empregadoras no sistema de solidariedade e segurança social e a gestão, pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, do processo de cobrança e pagamento das contribuições e quotizações devidas à segurança social	I Série A n.º 12 de 15.01.02
---	--	------------------------------------

TAXAS CONTRIBUTIVAS

Decreto-Lei n.º 34/2002 Ministério do Trabalho e da Solidariedade	Regula a situação perante o sistema de solidariedade e segurança social dos trabalhadores da actividade agrícola beneficiários de ajudas à cessação da respectiva actividade ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1257/99 e do Plano de Desenvolvimento Rural, designado por RURIS	I Série A n.º 42 de 19.02.02
--	---	------------------------------------

VINCULAÇÃO AO SISTEMA DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

INSCRIÇÃO DE ENTIDADES EMPREGADORAS

Portaria n.º 157/2002 Ministério do Trabalho e da Solidariedade	Aprova o suporte de informação para a inscrição das entidades empregadoras no sistema de solidariedade e segurança social, MOD. RV1011-DGSS	I Série B n.º 44 de 21.02.02
--	---	------------------------------------

PROTECÇÃO GARANTIDA NAS EVENTUALIDADES

PENSÃO SOCIAL

Decreto-Lei n.º 18/2002 Ministério do Trabalho e da Solidariedade	Altera o Decreto-Lei n.º 464/80, de 13 de Outubro, que estabelece novos moldes às condições de acesso e de atribuição da pensão social, e o Decreto-Lei n.º 8/98, de 15 de Janeiro, que define a situação dos formandos, ainda que portadores de deficiência, de acções de formação profissional e dos trabalhadores deficientes em regime de emprego protegido perante os regimes de segurança social	I Série A n.º 24 de 29.01.02
--	--	------------------------------------

PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO

Despacho n.º 3220/2002 Ministério do Trabalho e da Solidariedade	Determina que a contagem do prazo para requerer as prestações de desemprego, devidas aos trabalhadores reclusos em regime aberto por ocorrência a eventualidade durante o período de reclusão, tem início no dia seguinte ao termo do mesmo	II Série n.º 35 de 11.02.02
---	---	-----------------------------------

PRESTAÇÕES FAMILIARES

SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS

Portaria n.º 33/2002 Ministério das Finanças e do Trabalho e da Solidariedade	Procede à fixação dos montantes relativos ao 2.º escalão de rendimentos criado pelo Decreto-Lei n.º 250/01, de 21 de Setembro, do subsídio familiar a crianças e jovens no âmbito dos regimes de segurança social e do regime de protecção social da função pública	I Série B N.º 7 de 09.01.02
Portaria n.º 66/2002 Ministério das Finanças e do Trabalho e da Solidariedade	Fixa os montantes das prestações por encargos familiares dos regimes de segurança social e do regime de protecção social da função pública	I Série B n.º 15 de 18.01.02

PRESTAÇÕES DE INVALIDEZ E VELHICE

Portaria n.º 1323-B/2001 Ministério do Trabalho e da Solidariedade	Actualiza as prestações de invalidez e de velhice, bem como as de sobrevivência, e as pensões de doença profissional dos regimes de segurança social para vigorarem a partir de 1 de Janeiro de 2002. Revoga a Portaria n.º 1141-A/2000, de 30 de Novembro	I Série B n.º 278 2.º Suplemento de 30.11.01
Decreto-Lei n.º 35/2002 Ministério do Trabalho e da Solidariedade	Define novas regras de cálculo para as pensões de invalidez e velhice a atribuir pelo sistema de solidariedade e segurança social no âmbito da nova Lei de Bases da Solidariedade e Segurança Social	I Série A n.º 42 de 19.02.02
Declaração de Rectificação n.º 15-B/2002 Presidência do Conselho de Ministros	De ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 35/2002, do MTS, que define novas regras de cálculo para as pensões de invalidez e velhice a atribuir pelo sistema de solidariedade e segurança social no âmbito da nova Lei de Bases da Solidariedade e Segurança Social, publicada no DR, I Série, n.º 42, de 19 de Fevereiro de 2002	I Série B n.º 88 de 15.04.02
Lei n.º 9/2002 Assembleia da República	Regime jurídico dos períodos de prestação de serviço militar de ex-combatentes, para efeitos de aposentação e reforma	I Série A n.º 35 de 11.02.02
Portaria n.º 141-A/2002 Ministério da Defesa Nacional	Aprova os modelos de formulários de requerimento para contagem do tempo de período de prestação de serviço militar para efeitos de aposentação ou reforma e para atribuição de complemento especial de pensão ou de acréscimo vitalício de pensão	I Série B n.º 37 de 13.02.02

Portaria n.º 396/2002 Ministério da Administração Interna e do Trabalho e da Solidariedade	Estabelece os termos e condições do direito à bonificação das pensões de invalidez e velhice a atribuir aos bombeiros	I Série B n.º 88 de 15.04.02
Portaria n.º 416/2002 Ministério das Finanças e do Trabalho e da Solidariedade	Fixa os valores dos coeficientes a utilizar no ano de 2002 na actualização das remunerações que servem de base de cálculo às pensões de invalidez e velhice do regime geral de segurança social. Revoga a Portaria n.º 949/2001, de 3 de Agosto	I Série B n.º 92 de 19.04.02
Portaria n.º 441/2002 Ministério do Trabalho e da Solidariedade e do Ambiente e do Ordenamento do Território	Define os termos e as condições a observar no reconhecimento do direito à bonificação das pensões de invalidez e velhice, consagradas no art. n.º 18-D da Lei n.º 29/87, de 30 de Junho, que estabelece o Estatuto dos Eleitos Locais	I Série B n.º 94 de 22.04.02
Portaria n.º 1514/2002 Ministério do Trabalho e da Solidariedade	Actualiza as pensões de invalidez e de velhice, bem como as de sobrevivência, e as pensões de doença profissional dos regimes de segurança social. Revoga a Portaria n.º 1323-B/2001, de 30 de Novembro	I Série B n.º 291 de 17.12.02

ACÇÃO SOCIAL

CRIANÇAS E JOVENS

Despacho n.º 8874/2002 do Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social	Aprova as alterações ao Regulamento do Programa Ser Criança	II série n.º 100 de 30.04.02
Despacho n.º 9118/2002 do Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social	Cria a Rede Nacional de Casais de Adoptantes e a Listagem Nacional de Crianças e Jovens em Situação de Adoptabilidade	II série n.º 102 de 03.05.02

CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS

Resolução n.º 59/2002 da Presidência do Conselho de Ministros	Define uma rede nacional de cuidados continuados integrados destinada a desenvolver respostas integradas de cuidados de saúde e de apoio social para pessoas em situação de dependência, qualquer que seja o grupo etário a que pertencem ou a causa ou causas de dependência	I Série B n.º 69 de 22.03.02
---	---	------------------------------------

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Decreto-Lei n.º 18/2002 Ministério do Trabalho e da Solidariedade	Altera o Decreto-Lei n.º 464/80, de 13 de Outubro, que estabelece novos moldes às condições de acesso e de atribuição da pensão social, e o Decreto-Lei n.º 8/98, de 15 de Janeiro, que define a situação dos formandos, ainda que portadores de deficiência, de acções de formação profissional e dos trabalhadores deficientes em regime de emprego protegido perante os regimes de segurança social	I Série A n.º 24 de 29.01.02
Portaria n.º 164/2002 Ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade	Estabelece as normas reguladoras dos valores das mensalidades das cooperativas e associações de ensino especial, para efeitos de atribuição às famílias de subsídios de educação especial, no âmbito das prestações familiares e das participações financeiras às mesmas instituições para o exercício da acção educativa. Revoga a Portaria n.º 177/2001, de 9 de Março	I Série B n.º 48 de 26.02.02
Portaria n.º 269/2002 Ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade	Estabelece os valores máximos e as normas reguladoras dos valores das mensalidades a praticar pelos estabelecimentos de ensino especial com fins lucrativos, habitualmente designados por colégios, tutelados pelo Ministério da Educação. Revoga a Portaria n.º 178/2001, de 9 de Março.	I Série B n.º 61 de 13.03.02
Portaria n.º 353/2002 dos Ministérios das Finanças e do Trabalho e da Solidariedade	Estabelece os valores e critérios de determinação das participações das famílias na frequência de estabelecimentos de educação especial para crianças e jovens com deficiência	I Série B n.º 78 de 03.04.02
Despacho Conjunto n.º 260/2002 dos Ministros da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade	Afectação de verbas para financiamento complementar de ajudas técnicas durante o ano de 2002, repartidas pelos Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade	II Série n.º 83 de 09.04.02

PROGRAMA EMPREGO FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Despacho n.º 4174/2002 do Ministro do Trabalho e da Solidariedade	Determina que a concessão de financiamento público nacional e comunitário e a respectiva gestão, no âmbito da modalidade da pequena subvenção prevista no POEFDS, seja objecto de um contrato a celebrar entre as entidades intermediárias e o gestor do referido Programa	II Série n.º 47 de 25.02.02
---	--	-----------------------------------

REDE SOCIAL

Despacho Normativo n.º 8/2002 do Ministro do Trabalho e da Solidariedade	Regulamenta o Programa de Apoio à Implementação da Rede Social	I Série B n.º 36 de 12.02.02
--	--	------------------------------------

TOXICODEPENDÊNCIA

Despacho Conjunto n.º 487/2002 dos Ministros da Saúde e da Segurança Social e do Trabalho	Transfere no início de cada trimestre para o IPDT 25% dos resultados líquidos do jogo “JOKER” para financiamento de programas de prevenção da toxicodependência e define os termos de afectação das receitas	II Série n.º 102 de 03.05.02
---	--	------------------------------------

SUBSÍDIOS DE RENDA DE CASA

Portaria n.º 195/2002 Ministérios do Equipamento Social e do Trabalho e da Solidariedade	Fixa as tabelas de subsídio de renda de casa para vigorarem no ano civil de 2002	I Série B n.º 54 de 05.03.02
--	--	------------------------------------

PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE

Decreto-Lei n.º 12/2002 Ministério das Finanças	Aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e Segurança Social (POCISSSS)	I Série A n.º 21 de 25.01.02
---	--	------------------------------------